

## **Ação multiplicadora: uma proposta de inclusão social e acessibilidade no contexto de uma universidade pública brasileira**

*Multiplying action: a proposal for social inclusion and accessibility in the context of a Brazilian public university*

Fernanda Costa Silva<sup>1</sup>  
Isadora Oliveira Gondim<sup>2</sup>  
Sônia Maria Soares<sup>3</sup>

### **RESUMO**

Este relato de experiência tem como objetivo descrever as ações e metodologias adotadas pelo projeto de extensão universitária “Ação multiplicadora: uma proposta de inclusão social e acessibilidade”, anos 2018 e 2019. As principais metodologias adotadas para o desenvolvimento das ações do projeto foram: pesquisa bibliográfica, entrevistas, preparação de materiais didáticos, seminários, exposições, observação e análise fílmica. O projeto contribuiu para ampliar as discussões acerca da inclusão social e acessibilidade das pessoas com deficiência e conscientizar atores sobre a necessidade de propiciar ambientes inclusivos, de socialização e acessíveis. Concluiu-se que o fortalecimento de projetos dessa natureza promove a reflexão da comunidade universitária e auxilia o processo de inclusão social e acessibilidade das pessoas com deficiência nas Instituições Federais de Ensino Superior.

**Palavras-chave:** Inclusão Social. Acessibilidade. Extensão Universitária.

### **ABSTRACT**

This experience report aims to describe the actions and methodologies adopted by the university extension project “Multiplying action: a proposal for social inclusion and accessibility”, years 2018 and 2019. The main methodologies adopted for the development of the project's actions were: bibliographic research, interviews, preparation of teaching materials, seminars, exhibitions, observation and film analysis. The project contributed to broaden discussions about the social inclusion and accessibility of people with disabilities and to raise awareness among actors about the need to provide inclusive, socializing and accessible environments. It was concluded that the strengthening of projects of this nature promotes the reflection of the university community and helps the process of social inclusion and accessibility of people with disabilities in Federal Institutions of Higher Education.

**Keywords:** Social Inclusion. Accessibility. University Extension.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Administração no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil; servidora técnico-administrativa da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil (fernanda.corrs@gmail.com).

<sup>2</sup> Graduanda em Gestão de Serviços de Saúde na Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil (isadoraoliveira999@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo, Brasil; professora titular da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil; coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Cuidado e Desenvolvimento Humano (smsoares.bhz@terra.com.br).

## INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990, as discussões acerca dos direitos da pessoa com deficiência têm despontado nos cenários nacional e internacional (PLETSCH; LEITE, 2017), principalmente no que diz respeito à educação inclusiva (BISSOTO, 2013). Para o ensino superior brasileiro, a inclusão da pessoa com deficiência foi garantida com a promulgação da Lei de Cotas (BRASIL, 2012, 2016). Os dispositivos legais que permitem a inserção de alunos por meio de cotas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) vêm acarretando e ainda acarretarão uma série de mudanças estruturais e administrativas nos ambientes universitários. Tal movimento torna-se necessário para que sejam realizadas todas as adequações inerentes ao processo de institucionalização desses dispositivos no ensino superior brasileiro (MAGALHÃES; SEVERINO, 2017).

A garantia de direito às pessoas, por meio de mecanismos legais, está na sociedade desde a Antiguidade (LUHMANN, 1983) e, com essa perspectiva, a Lei de Cotas foi aqui vislumbrada como uma alternativa indispensável e acertada, cujos efeitos promoverão, em médio e longo prazos, a superação das desigualdades sociais e educacionais históricas vivenciadas (MEDEIROS, MELLO NETO, GOMES, 2016). Van Petten *et al.* (2017) analisou que, em relação aos alunos cotistas com deficiência, há desafios a serem superados para tornar o ambiente universitário acessível e mais inclusivo.

Dessa forma, com vistas a auxiliar o processo de inclusão social e acessibilidade no âmbito de uma unidade acadêmica, formatou-se no ano de 2017 o projeto de extensão universitária “Ação multiplicadora: uma proposta de inclusão social e acessibilidade”. O projeto, implementado no ano de 2018, possui como objetivo principal promover ações no âmbito de uma unidade acadêmica e espaços de uso comum de um campus universitário. O projeto, ao considerar as diferentes dimensões sobre o tema inclusão e acessibilidade, relaciona-se tanto com a pesquisa quanto com a extensão com vistas a ampliar a discussão e o acesso à informação sobre a temática. Considera-se que a extensão universitária, cuja base conceitual está na persuasão mútua benéfica entre Universidade e comunidade por meio da geração de conhecimento, na atualidade também se apresenta como uma ferramenta das IFES de promoção do “compromisso social” (RODRIGUES *et al.*, 2013).

Considerando que o processo excludente social das pessoas com deficiência está na sociedade desde os seus primórdios e as relações sociais que vigoram até a atualidade foram formatadas

por processos mentais que imperam e legitimam a segregação entre as pessoas com deficiência daquelas que não a possuem (MACIEL, 2000; FRANÇA; PAGLIUCA, 2009), torna-se compromisso social das IFES a implementação de ações com vistas a reverter esse cenário socialmente construído. Diniz (2007) nos faz refletir acerca do contexto social do termo “deficiência”, já que ele não se restringe apenas à expressão de uma lesão, mas também aponta que a sensação de experimentar a desigualdade pelas pessoas com deficiência só é possível em sociedades pouco sensíveis, ou seja, excludentes.

A Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu, no ano de 2006, a Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e, a partir de então, o conceito “pessoa com deficiência” passou a reconhecer a dimensão social do termo, ou seja, um conceito em evolução no qual a deficiência é resultado da interação entre as pessoas com deficiência e as barreiras decorrentes das atitudes e do ambiente que as impedem de obterem participação plena e efetiva na sociedade por meio de igualdade de oportunidades com as demais pessoas (MAIA, 2013). No ano de 2009, o Brasil ratificou os termos dessa convenção por meio do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009).

No ensino, um importante marco acerca da necessidade de proporcionar educação inclusiva às pessoas com deficiência trata-se da Declaração de Salamanca, emitida no ano de 1994, na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, na cidade de Salamanca, Espanha. O texto trata de princípios, políticas e práticas em educação especial (UNESCO, 1994).

Quase trinta anos decorreram do início das discussões acerca da acessibilidade no ensino e a temática ainda necessita de constantes debates e investigações com vistas a contribuir com a educação inclusiva. A necessidade de proporcionar a inclusão da pessoa com deficiência no ensino foi reconhecida com maior destaque, mediante a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a partir do ano de 2008 (PLETSCH; LEITE, 2017). No Ensino Superior, a inclusão da pessoa com deficiência foi efetivada no ano de 2016, por meio da Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que altera a Lei de Cotas (BRASIL, 2012; 2016).

A análise da Lei de Cotas considera a proporção da população preta, parda, indígena e pessoas com deficiência, conforme dados específicos da unidade da Federação em que está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(BRASIL, 2016). Nas IFES, a política de cotas ainda está em processo de implementação (MAGALHÃES; SEVERINO, 2017) e, de acordo com Santos (2018, p. 172), essa política pública “trouxe implicações importantes e vem exigindo das universidades a adoção de um conjunto de procedimentos específicos, alguns dos quais estranhos à sua prática de até então”. Esses desafios podem se apresentar como obstáculos para implementar a legislação na real perspectiva da inclusão.

Assim, deve-se pensar nas formas de inclusão que possibilitarão que os alunos cotistas consigam permanecer nas instituições, pois de acordo com Souza (2015), para haver a inclusão de alunos com deficiência na Universidade, é necessário realizar reflexões acerca de metodologias de ensino, bem como da capacitação das pessoas que interagem nas relações do dia-a-dia para a promoção de uma interação com respeito. Deve-se, sobretudo,

promover soluções, aberturas e um olhar atento sobre as diferenças. Requer criar possibilidades de acesso, refletir sobre como nós nos percebemos nas relações com as diferenças e, especialmente, quais são nossas ações diante delas. É preciso ter esta consciência que as pequenas ações, no dia-a-dia, refletem e reverberam em ações maiores para todos (SOUZA, 2015, p. 315).

Incluir e promover a acessibilidade das pessoas com deficiência no ensino superior por meio de ambientes acessíveis e inclusivos envolve aspectos específicos de interação social e acesso aos serviços e, assim, esse processo necessita da compreensão por parte dos atores envolvidos para que se responsabilizem com a promoção da efetiva inclusão social e acessibilidade (MURTA; FELOMENO; FERNANDES, 2014). Para se tornar efetiva, a educação inclusiva necessita transpor as barreiras das instituições e demanda participação coletiva (BISSOTO, 2013).

De acordo com Siqueira e Santana (2010, p. 135), estamos vivenciando uma era da diversidade e, dessa forma, “não cabe mais discriminar e excluir”, já que a inclusão e o reconhecimento das pessoas com deficiência traduz os significativos avanços rumo à democracia plena da sociedade.

A intenção deste texto, enquanto relato de experiência, foi dar visibilidade ao percurso metodológico das ações realizadas nos anos de 2018 e 2019 do projeto de extensão “Ação multiplicadora: uma proposta de inclusão social e acessibilidade” e, assim, demonstrar como a extensão pode atuar no auxílio à promoção da inclusão social e acessibilidade nas IFES.

A contribuição engloba a premissa de disseminar o conhecimento adquirido de forma a incentivar novas possibilidades estratégicas no processo de inclusão social e acessibilidade das pessoas com deficiência nas IFES, além de promover a reflexão acerca da importância e fortalecimento do projeto para uma unidade acadêmica.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

No âmbito de uma Universidade Federal, foi criada, no ano de 2014, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) que, dentre o seu rol de competências, atua na proposição de princípios e diretrizes para a política de assuntos estudantis por meio dos eixos de ações afirmativas, assistência estudantil e apoio a projetos de estudantes. No mesmo ano, foi criado o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) desta universidade para tratar de assuntos pertinentes à inclusão da pessoa com deficiência. Atualmente os dois órgãos, NAI e PRAE, atuam em conjunto nos processos de inclusão social e acessibilidade da universidade. De forma específica, visando à promoção da acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência nos ambientes dessa universidade, encontra-se o Programa de apoio à inclusão e promoção à acessibilidade, cujas propostas devem envolver a realização de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

No ano de 2017, foi formatado por uma unidade acadêmica, o projeto de extensão “Ação multiplicadora: uma proposta de inclusão social e acessibilidade”, idealizado por servidores técnicos administrativos e coordenado pela diretoria da unidade. A proposta foi formalmente vinculada ao Programa de apoio à inclusão e promoção à acessibilidade da universidade e passou a vigorar no ano de 2018. Esse artigo engloba o desenvolvimento das atividades realizadas nos anos de 2018 e 2019 pelo projeto.

A extensão universitária entendida como “processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 28), torna-se importante elemento inserido no cerne das IFES para que cumpram a sua finalidade e afirmem o seu compromisso com a sociedade (RODRIGUES, 2013). Para Rodrigues (2013, p. 146) “A mudança social é um dos principais objetivos da extensão, que promove melhoria na qualidade de vida das pessoas assistenciadas. Trata-se de um progresso da academia com as comunidades.” Em reforço a isso, pontua-se que a extensão universitária se apresenta na atualidade como uma “importante

política pública” de intercâmbio com a sociedade (ALBRECHT; BASTOS, 2020, p. 68) e deve ser configurada, também, de modo a propiciar olhares críticos, reflexivos e de cidadania com vistas ao diálogo plural para a resolução das problemáticas sociais (PINA-OLIVEIRA; CHIESA, 2016).

Com essa perspectiva e, no contexto da Lei de Cotas, é que o projeto “Ação multiplicadora: uma proposta de inclusão social e acessibilidade” foi criado. O projeto foi pioneiro ao propiciar foco às pessoas com deficiência na unidade. Com a intenção de propalar discussões acerca dos direitos da pessoa com deficiência para a comunidade acadêmica e, ainda, proporcionar uma inclusão mais efetiva aos alunos, o projeto elenca em suas atividades a organização de eventos, relatórios descritivos, produção intelectual, sessões interativas relacionadas à temática. A proposta priorizou a discussão sobre o tema “inclusão e acessibilidade” no âmbito de uma unidade acadêmica com vistas a promover a conscientização da comunidade universitária sobre a importância do acolhimento e apoio às pessoas com deficiências, resultando em uma inclusão efetiva.

A falha na comunicação, muitas vezes por falta de conhecimento, faz com que o atendimento a esse público seja limitado e inadequado e a proposição de melhorias estruturais e, principalmente, o fomento de discursos afirmativos auxiliam o processo de mudança atitudinal da comunidade universitária e acessibilidade. Pontua-se que a reestruturação institucional não deve se pautar simplesmente no fator técnico, já que depende, sobretudo, das mudanças atitudinais, comprometidas e intencionadas dos atores envolvidos com a inclusão social (MACIEL, 2000).

Nos dois anos de execução do projeto, as ações desenvolvidas envolveram a promoção de dois seminários, a formatação de três vídeos sobre a temática, a elaboração de um mapa de riscos, a realização de uma Mostra, uma sessão de cinema, apresentação de trabalhos em eventos e publicação científica. A formulação dessas atividades envolveu o entendimento da extensão enquanto processo de integração da Instituição de Ensino ao contexto regional, e seu vínculo com o ensino e com a pesquisa para o atendimento das necessidades sociais de forma a contribuir para as construções cidadãs (CARBONARI; PEREIRA, 2007).

Para a preparação dos seminários, uma das principais ações do projeto, os membros da equipe foram guiados pelo aprofundamento teórico acerca das discussões da pessoa com deficiência. A primeira etapa metodológica para a realização dos seminários consistiu em pesquisa

bibliográfica e documental. Nessa etapa, foram pesquisados, além da literatura geral sobre a temática, os trabalhos de teses e dissertações da universidade, voltados para a inclusão da pessoa com deficiência no ensino. Por meio dessa busca, foi possível reconhecer pesquisadores locais envolvidos com a temática e que poderiam atuar como palestrantes dos seminários.

No ano de 2018, considerando que seria o primeiro evento da unidade abordando a temática de forma específica à comunidade, a programação do I Seminário de Inclusão Social e Acessibilidade envolveu: (i) os Desafios e perspectivas para a acessibilidade e inclusão universitária; (ii) os Direitos da pessoa com deficiência no ensino superior; (iii) a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e evolução das nomenclaturas; (iv) Libras e Saúde: acessibilidade no atendimento clínico; (v) Perspectivas da inclusão da pessoa com deficiência intelectual no ensino superior. O II Seminário de Inclusão Social e Acessibilidade, realizado no ano de 2019, abordou: (i) A Saúde Mental no contexto da Inclusão; (ii) Acessibilidade, um direito de ser e (iii) Plataformas acessíveis: o uso da web como instrumento de apoio à pesquisa para alunos com deficiência.

Para a divulgação dos eventos, a equipe trabalhou em conjunto com os canais de comunicação da unidade e da universidade e, assim, foi possível atingir um público diversificado, composto pela comunidade interna universitária, alunos, professores e servidores; pela comunidade do entorno e, ainda, profissionais da rede de saúde municipal, totalizando uma média de duzentas e dez pessoas.

Os participantes, no momento da inscrição, indicavam se necessitariam de algum tipo de suporte no decorrer do seminário, ou seja, tradução para Libras, espaço para cadeirante, dentre outras necessidades a serem atendidas pelos membros organizadores. Considerando palestrantes e inscritos, participaram dos eventos pessoas com deficiências motoras, visual e auditiva. Para a realização do primeiro seminário foi necessária a inclusão de tradutor português/ libras/português.

As questões tratadas nos seminários proporcionaram grande aprendizado ao público como o melhor entendimento acerca das deficiências e os processos necessários para a inclusão efetiva das pessoas. Para a formatação das programações dos seminários, o interesse do projeto envolveu a busca por especialistas das mais variadas áreas, além de priorizar a presença de palestrantes com deficiência. Dessa forma, considera-se que o objetivo dos dois

primeiros eventos, realizados em 2018 e 2019, foi cumprido e os seminários propiciaram a reflexão da comunidade universitária para atuação conjunta como multiplicadores de inclusão.

Para a formatação dos vídeos, a equipe trabalhou com a pessoa com deficiência no contexto universitário, considerando as barreiras arquitetônicas de um campus universitário. O primeiro vídeo foi realizado com uma pessoa com deficiência visual que faz uso de todos os espaços do *campus*. O vídeo contemplou a rotina da pessoa e uma entrevista, na qual ela apresentou o relato das dificuldades diárias enfrentadas em sua trajetória aos espaços do campus. O vídeo foi gravado nos espaços do *campus* e nas dependências da unidade acadêmica e contemplou a locomoção da pessoa em escadas, corredores, portaria e seu percurso até o restaurante universitário. A entrevista semiestruturada envolveu a elaboração de um roteiro e foi realizada nas dependências da unidade. Toda a gravação foi editada por um profissional da área de audiovisual e o vídeo final foi exposto em um evento da universidade, recebendo menção honrosa da Pró-Reitoria de Extensão.

O segundo vídeo envolveu uma animação apontando as principais barreiras arquitetônicas de um campus universitário às pessoas com deficiência. A formatação e roteiro do vídeo foram realizados pelos próprios membros do projeto. O terceiro foi realizado com o relato de vida de uma pessoa com deficiência. O percurso metodológico que envolveu a formatação dos vídeos acarretou grande aprendizado aos membros do projeto. Os produtos audiovisuais têm a capacidade de atingir um público maior e, assim, amplificar a discussão da temática. Com apoio da gestão local, as produções foram divulgadas nos canais informativos existentes da unidade acadêmica.

No ano de 2019 foi formulado um Mapa de Riscos de um *campus* universitário, considerando os principais espaços de acesso e uso comum, como restaurantes, biblioteca, portarias e entrada das unidades. O mapa serviu de referência para a formatação de um dos vídeos que, de forma interativa e ilustrativa, aponta a localização dos pontos de maior risco às pessoas com deficiência, ou seja, aponta onde há barreiras arquitetônicas que dificultam o livre acesso aos espaços de uso comum. O mapa foi formatado em conformidade com as diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (NBR 9050, 2004), “que estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade”.



Para a detecção dos principais pontos de risco às pessoas com deficiência, localizados em um campus universitário, a metodologia utilizada foi a observação. Trata-se de um importante material de auxílio ao ensino e, ainda, à gestão de recursos da universidade no que diz respeito ao processo de acessibilidade estrutural do campus.

O processo de formatação da Mostra do projeto envolveu o registro fotográfico de um “cadeirante” nos pontos críticos de um campus universitário, entendidos como barreiras arquitetônicas às pessoas com deficiência. A fotografia, entendida como “suporte da imagem que fixa momentos particulares do tempo nos espaços de registro” proporciona ao espectador a expansão perceptiva para além do seu campo visual e, dessa forma, considera-se que a dimensão da imagem é emancipada e alargada a cada olhar (PAIVA, 2006, p. 3).

Para o registro fotográfico, um membro do projeto, fazendo uso de uma cadeira de rodas, demonstrou como uma pessoa com deficiência seria impossibilitada de ter pleno acesso aos ambientes do campus de forma autônoma e acessível. As fotografias foram impressas e afixadas em totens de comunicação visual, sendo expostas por um período de 15 dias nos andares da unidade. As legendas das fotografias foram apresentadas em português e em Braille. A fotografia, na Mostra, foi utilizada como metodologia a fim de proporcionar a construção de significados acerca da acessibilidade em espaços comumente utilizados pela comunidade universitária.

Para a sessão de cinema, em que foi exibido o filme *Hoje eu quero voltar sozinho*. A intenção dos membros do projeto foi utilizar a narrativa fílmica para vivenciar os aspectos que circundam o cotidiano de uma pessoa com deficiência. Por meio de uma análise fílmica pós-sessão foi possível debater os fenômenos sociais vivenciados, destacando os aspectos que contornavam a vida do adolescente cego no que diz respeito às instituições “família”, “sociedade”, “ensino”, bem como as discussões de gênero apontadas no filme. A análise fílmica tem sido utilizada como importante ferramenta para o entendimento de eventos, como metodologia no ensino ou, simplesmente, como canal de ilustração dos eventos que contornam a sociedade (CARVALHO, 2009). Além dessas ações, durante os anos de 2018 e 2019, os membros realizaram pesquisas teóricas, escrita de trabalhos com apresentação em eventos científicos como Congressos e Seminários. A produção intelectual do projeto é fruto das constantes pesquisas realizadas pelos membros no percurso que envolve o cumprimento dos objetivos da proposta extensionista.

Sob o aspecto das vivências dos membros da equipe, o projeto tem ocasionado grande reflexão e o deslocamento do olhar nas relações com as pessoas com deficiência, destacando: (i) atuação efetiva como multiplicadores de inclusão no contexto universitário; (ii) possibilidade de atuação efetiva na promoção de propostas com vistas à redução de barreiras arquitetônicas e atitudinais; (iii) iniciação ao aprendizado da Língua Brasileira de Sinais; (iv) aprendizagem teórica de forma reflexiva e crítica sobre a temática; (v) participação de eventos sobre “inclusão social e acessibilidade”.

A extensão universitária, por meio do projeto, está desvelando questões há muito tempo estruturais nos ambiente sociais, como o racismo, o preconceito, a falta de acessibilidade e, principalmente, a exclusão social. E isso tem proporcionado aos membros, bem como à comunidade acadêmica, refletir sobre o papel de cada um e sobre o papel institucional para o avanço da inclusão social e acessibilidade nos ambientes da universidade.

Por meio do projeto, está sendo possível vivenciar, observar e questionar como a exclusão está visivelmente impregnada e estruturada na sociedade. Dessa forma, atuar na promoção e na visibilidade das questões que envolvem a dimensão social da deficiência tem sido entendido pela equipe como aspecto fundamental para proporcionar a inclusão em seu sentido amplo no contexto de uma universidade federal.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O projeto “Ação multiplicadora: uma proposta de inclusão social e acessibilidade” realizou suas atividades em formato integrativo entre universidade e sociedade. Foi possível, ainda, integrar os servidores técnicos administrativos nas atividades de extensão e pesquisa, o que não era usual no âmbito de projetos desenvolvidos na unidade. Considerando que a inserção de alunos, professores e servidores com deficiência no ambiente universitário é cada vez maior, pode-se afirmar que o projeto se tornou uma ferramenta de promoção à reflexão sobre inclusão social e acessibilidade.

Nos anos de 2018 e 2019 a proposta permitiu, ainda, estudos acerca da necessidade de adequação estrutural da unidade e de mudança atitudinal da comunidade para que haja uma efetiva inclusão e acessibilidade nos termos tratados por Murta, Felomeno e Fernandes (2014). A historicidade de exclusão vivenciada pela pessoa com deficiência (MACIEL, 2000; FRANÇA; PAGLIUCA, 2009) é tema merecedor de discussão, para que a sociedade possa

atuar na busca de proposições acertadas de integração social em todos os aspectos e, nesse sentido, considera-se que o projeto vem auxiliando tal processo no âmbito de uma unidade acadêmica.

A utilização de metodologias interdisciplinares tem proporcionado grande aprendizado para a condução do projeto de forma que a extensão vem auxiliando o cumprimento da finalidade social universitária (RODRIGUES, 2013). A proposta, por meio das ações que foram desenvolvidas, possui cunho transformador em todas as dimensões descritas pela FORPROEX (2013), ou seja, educação, cultura, científico e político.

Não deveria ser necessário, mas conforme apontou Luhmann (1983), a inserção de direitos por meio de mecanismos legais está na sociedade desde os seus primórdios e, nesse sentido, considera-se que as legislações específicas para a pessoa com deficiência (BRASIL, 2016) são mecanismos necessários e acertados que devem ser amplamente estudados, disseminados e atendidos. A implementação desses mecanismos deve ocorrer além do aspecto formal, pois só assim será possível trilhar um caminho para uma efetiva inclusão social.

Por meio deste relato de experiência, foi possível evidenciar as ações de um projeto de extensão cuja finalidade é a promoção da inclusão social e acessibilidade e como, de forma pioneira, a unidade tem auxiliado a discussão e disseminação da temática dentro do contexto universitário na implementação da Lei de Cotas. O papel do projeto tem sido cumprido por meio da multiplicação de atores envolvidos com a inclusão social e acessibilidade no meio acadêmico.

Percebeu-se que as múltiplas atividades realizadas pelo projeto atraíram um público diversificado tal qual o que compõe a universidade e a proposta priorizou sua atuação com vistas a reconhecer e incluir as pessoas com deficiência, fundamento necessário para o avanço de uma sociedade plena e democrática (SIQUEIRA; SANTANA, 2010).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os processos metodológicos com vistas a propiciar a inclusão e a acessibilidade no Ensino Superior ainda estão em fase embrionária. No contexto da universidade de vinculação desse projeto de extensão, importantes e necessárias ações relacionadas à implementação da Lei de

Cotas já foram tomadas e compete a cada unidade, juntamente com as Pró-reitorias, trabalharem em conjunto nesse processo.

Considerando a extensão universitária instrumento de auxílio ao cumprimento da finalidade social das IFES, o projeto de extensão “Ação multiplicadora: uma proposta de inclusão social e acessibilidade”, por meio de suas atividades, tem ocasionado a promoção de reflexões acerca da temática e, ainda, a proposição de ações com vistas à inclusão e acessibilidade em uma unidade acadêmica. Os esforços administrativos para o processo de implementação da Lei de Cotas são importantes, mas igualmente importante é a responsabilização dos indivíduos no processo de vivência social.

Destacou-se o aprendizado que o projeto proporcionou à equipe e as perspectivas de atuação da proposta para a reflexão da comunidade acadêmica acerca do entendimento da dimensão social que envolve as pessoas com deficiência. A extensão universitária foi vislumbrada como uma ferramenta complementar, de auxílio à promoção da inclusão social e acessibilidade das pessoas com deficiência no ensino superior público brasileiro.

Por fim, com a formatação deste texto, foi possível refletir acerca da importância e fortalecimento de projetos dessa natureza no âmbito universitário, além de congregarem parte do conhecimento adquirido de forma a incentivar novas possibilidades estratégicas no processo de inclusão social e acessibilidade das pessoas com deficiência nas IFES.

## REFERÊNCIAS

ALBRECHT, E.; BASTOS, A. S. A. M. Extensão e sociedade: diálogos necessários. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 54-71, jan.-jun. 2020. Doi: 10.14393/REE-v19n12020-53428. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/53428>.

Acesso em: 12 maio 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

BISSOTO, M. L. Educação inclusiva e exclusão social. **Rev. Educ. Espec.**, Santa Maria, v. 26, n.45, p. 91-108, jan./abr. 2013. Doi: 10.5902/1984686X5434. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5434>. Acesso em: 15 maio 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, DF, 2016.

CARBONARI, M. E. E.; PEREIRA, A. C. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. **Revista de Educação**, Londrina, v. 10, n. 10, p. 23-28, 2007. Disponível em: <https://revista.pgsskroton.com/index.php/educ/article/view/2133>. Acesso em: 15 maio 2020.

CARVALHO, C. V. O cinema como objeto de estudo acadêmico. **Revista Política & Trabalho**, João Pessoa, n. 31, p. 197-211, set. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/6828>. Acesso em: 15 maio 2020.

DINIZ, D. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão as Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária.** Porto Alegre: UFRGS/PROEX, 2012.

FRANÇA, I. S. X.; PAGLIUCA, L. M. F. Inclusão social da pessoa com deficiência: conquistas, desafios e implicações para a enfermagem. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 178-185, mar. 2009. Doi: 10.1590/S0080-62342009000100023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reusp/a/yR3cywwwzmzN3s6z4Pv4skg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2020.

**HOJE Eu Quero Voltar Sozinho.** Direção de Daniel Ribeiro. Brasil: Lacuna Filmes, 2014. 1 DVD (96 min.), son., color.

LUHMANN, N. **Sociologia do direito I.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

MACIEL, M. R. C. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 51-56, abr./jun. 2000. Doi: 10.1590/S0102-88392000000200008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/3kyptZP7RGjjkDQdLFgxJmg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2020.

MAGALHÃES, J. C.; SEVERINO, M. R. Uma análise da institucionalização da política de cotas nas universidades federais brasileiras. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CONEDU, 6., 2017, João Pessoa. **Anais [...].** João Pessoa: Realize, 2017. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/38787>. Acesso em: 18 jan. 2020.

MAIA, M. Novo conceito de pessoa com deficiência e proibição do retrocesso. **Revista da AGU**, v. 12, n. 37, p. 289-306, jul./set., 2013. Disponível em:

[https://pcd.mppr.mp.br/arquivos/File/novo\\_conceito\\_de\\_pessoa\\_com\\_deficiencia\\_e\\_proibicao\\_o\\_do\\_retrocesso.pdf](https://pcd.mppr.mp.br/arquivos/File/novo_conceito_de_pessoa_com_deficiencia_e_proibicao_do_retrocesso.pdf). Acesso: 15 maio 2020.

MEDEIROS, H. A. V.; MELLO NETO, R. D.; GOMES, A. M. Limites da lei de cotas nas universidades públicas federais. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Arizona, v. 24, n. 6, jan. 2016. Doi: 10.14507/epaa.v24.2200. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2750/275043450006.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2020.

MURTA, M. A.; FELOMENO, T. A. S.; FERNANDES, T. M. Ensino da LIBRAS como instrumento de inclusão educacional nos cursos de licenciatura: desafios, realidades e necessidades. **Pedagogia em Ação**, Belo Horizonte, v. 6, p. 74-83, 2014. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/9185>. Acesso em: 1º abr. 2020.

PAIVA, M. E. F. Estética e comunicação na fotografia. *In.*: ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM. 6., 2006, Brasília. **Anais [...]**. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/132540391238908688233998032651539421229.pdf>. Acesso em: 10 ago/2020.

PINA-OLIVEIRA, A. A.; CHIESA, A. M. Boaventura de Sousa Santos e suas contribuições para a extensão universitária no século XXI. **Extensio**, Florianópolis, v. 13, n. 23, p. 3-15, 2016. Doi: 10.5007/1807-0221.2016v13n23p3. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2016v13n23p3>. Acesso em: 15 mar. 2020.

PLETSCH, M. D.; LEITE, L. P. Análise da produção científica sobre inclusão no ensino superior brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 33, n. especial, p. 87-106, out./dez. 2017. Doi: 10.1590/0104-4060.51042. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/HXgzbFY4WGCBSKPBrJgww3R/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2020.

RODRIGUES, A. L. L. *et al.* Contribuições da extensão universitária na sociedade. **Cadernos de Graduação: Ciências Humanas e Sociais**, Aracajú, v. 1, n. 16, p. 141-148, 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/494>. Acesso em: 15 maio 2020.

SIQUEIRA, I. M.; SANTANA, C. S. Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior. **Rev. bras. educ. espec.**, Bauru, v. 16, n. 1, p. 127-136, jan./abr. 2010. Doi: 10.1590/S1413-65382010000100010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/KkfLLrZ4kTjdTyMhbY3gzfk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 maio 2020.

SOUZA, L. C. **Recomendações para cursos on-line em língua portuguesa com foco na integração de alunos surdos**. 2015. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais**. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

VAN PETTEN, A. M. N. *et al.* Cotas para pessoas com deficiência nas instituições federais de ensino: desafios e perspectivas para a acessibilidade e inclusão na UFMG. *In*: CONGRESSO DE INOVAÇÃO E METODOLOGIAS NO ENSINO SUPERIOR. 3., 2017, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Disponível em: <https://congressos.ufmg.br/index.php/congressogiz/CIM/schedConf/presentations> Acesso em: 20 jan. 2020.

Submetido em 19 de setembro de 2020.

Aprovado em 4 de novembro de 2020.